



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**\*PROJETO DE LEI N.º 1.527, DE 2025**  
**(Da Sra. Célia Xakriabá)**

**URGÊNCIA ART. 155 RICD**

Dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES:

SAÚDE;

AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**(\*) Avulso atualizado em 27/10/25 em virtude de alteração do regime de tramitação.**



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

Apresentação: 08/04/2025 08:50:42.393 - Mesa

PL n.1527/2025

### PROJETO DE LEI , DE 2025

(Da Sra. CÉLIA XAKRIABÁ)

**DISPÕE** sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às suas particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto.

**Art. 2º** Para fins desta Lei, considera-se violência obstétrica qualquer conduta ou omissão que, no âmbito da atenção à saúde da mulher durante o pré-natal, parto e pós-parto, atente contra os direitos humanos, a dignidade, a integridade física ou psicológica da mulher, incluindo, mas não se limitando a:

I - procedimentos desnecessários ou sem consentimento;

II - tratamento desrespeitoso, discriminatório ou humilhante;

III - desconsideração das tradições e costumes da cultura indígena da parturiente.

**Art. 3º** O Poder Público, em colaboração com as comunidades indígenas e organizações de saúde, poderá garantir:





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Apresentação: 08/04/2025 08:50:42.393 - Mesa

PL n.1527/2025

I - a formação continuada de profissionais de saúde em direitos humanos e respeito às tradições culturais indígenas;

II - a presença de profissionais de saúde indígenas e tradutores, sempre que necessário, nos procedimentos de atenção ao parto;

III - a presença de parteiras indígenas, sempre que requisitadas e que for possível, no acompanhamento do pré-natal, do parto e do pós-parto;

IV - a oferta de serviços de saúde em maternidades e hospitais que respeitem as especificidades culturais das mulheres indígenas;

V - o consentimento prévio e informado para a realização de qualquer procedimento médico, respeitando as decisões da mulher e suas tradições culturais;

VI - a possibilidade de construção e utilização do plano de parto como prevenção de violência obstétrica contra as mulheres indígenas;

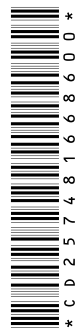
**Art. 4º** O Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), poderá implementar campanhas de conscientização sobre os direitos das mulheres indígenas e os meios para denúncia de violência obstétrica.

**Art.5º** As maternidades e demais estabelecimentos de saúde poderão manter canais específicos para a recepção de denúncias de violência obstétrica, assegurando o acompanhamento das denúncias por autoridades competentes e garantindo a proteção à denunciada.

**Art. 6º** O descumprimento das disposições desta Lei poderá implicar em:

I - advertência;

II - multa;





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Apresentação: 08/04/2025 08:50:42.393 - Mesa

PL n.1527/2025

III - suspensão do exercício profissional, quando for o caso.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

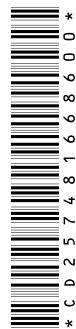
### JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei busca enfrentar o grave problema da violência obstétrica sofrida por mulheres indígenas, grupo que enfrenta índices alarmantes de mortalidade materna e vulnerabilidades no sistema de saúde. Estudos indicam que entre 2015 e 2021, a taxa de mortalidade materna entre mulheres indígenas foi de 115 por 100 mil nascidos vivos, um número significativamente superior à taxa entre mulheres não indígenas, que foi de 67 por 100 mil nascidos vivos. Esses números estão muito acima da meta estabelecida pela ONU, que visa a redução para menos de 30 mortes por 100 mil nascidos vivos até 2030.<sup>1</sup>

Além disso, a maioria das mortes maternas entre mulheres indígenas ocorre no pós-parto, evidenciando uma negligência nos cuidados oferecidos a essas mulheres após o parto. As causas mais comuns dessas mortes incluem hemorragia e hipertensão, ambas preveníveis e tratáveis com medidas adequadas de vigilância e assistência médica. A falta de tratamento adequado reflete falhas estruturais no sistema de saúde e políticas públicas, especialmente em áreas indígenas.

No Brasil, estima-se que a violência obstétrica afete uma parcela significativa das mulheres que dão à luz, sendo que a falta de respeito às particularidades culturais das mulheres indígenas agrava essa situação. O projeto visa, portanto, estabelecer medidas específicas para garantir que essas mulheres recebam cuidados dignos e culturalmente apropriados, prevenindo abusos e garantindo sua segurança durante a gestação, o parto e o puerpério.

<sup>1</sup> <https://www.google.com/url?q=https://abori.com.br/saude/mulheres-indigenas-tem-maior-ocorrencia-de-mortes-durante-a-gravidez-e-o-pos-parto-evidencia-pesquisa/D&source=docs&ust=1727280226645534&usg=AOvVaw1qqfnK8PpOciJQecYXKOGb>





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Apresentação: 08/04/2025 08:50:42.393 - Mesa

PL n.1527/2025

Com essas medidas, o objetivo é não só reduzir os casos de violência obstétrica, mas também contribuir para a diminuição da mortalidade materna entre mulheres indígenas, fortalecendo a confiança dessas comunidades no sistema de saúde e assegurando a proteção dos direitos humanos dessas mulheres.

Em razão do elevado teor social da matéria, pedimos aos nobres Pares o apoio necessário para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em        de        de 2025

**CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL/MG)**

DEPUTADA FEDERAL



**FIM DO DOCUMENTO**